

■ ARTIGOS

■ Feira do Guará - Patrimnio Cultural da cidade: uma possibilidade de pesquisa histórico-cultural

 Luís Gustavo Ferrarini Venturelli*

Resumo: O objetivo deste texto é apresentar uma relação entre o campo de pesquisa histórica e a cultura local, tendo como proposta a abertura de estudos diante do reconhecimento patrimonial da cidade definido pela sua própria história. Os apontamentos feitos perpassam desde o início do Guará, o Mutirão, até a atualidade, quando a cidade se destaca por ter um dos metros quadrados mais valorizados do Distrito Federal. Considera-se a feira como um bom exemplo de objeto de pesquisa histórica por dois sentidos: aproxima o contuido de sala de aula dos estudantes por ter referencial prático. É considerada a pesquisa bibliográfica como ponto de partida de trabalho que pode ter mais desdobramentos em outros momentos.

Palavras-chave: Feira do Guará. Pesquisa histórica. Patrimnio. Cultura.

* Possui graduação em História pelo Centro Universitário de Brasília (2000) e Especialização em docência do ensino superior pelo Instituto Educacional Superior Brasileiro (IDESB). Atualmente é professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Foi Coordenador do Ensino Fundamental CEF 301, Recanto das Emas, em 2013, e foi Coordenador da regional de Ensino Regional Recanto das Emas no ano de 2014. Contato: gugavent@mail.com

Introdução

O ofício do historiador é também buscar traços de um tempo passado, tentando recolher pistas documentais que podem nos aproximar do que foi, já que o passado não pode ser compreendido em toda a sua complexidade. O historiador busca compreender o passado, muitas vezes, por meio de textos e documentos, às vezes, por fotos, por artesanato, pergaminhos, os chamados fósseis. Pode compreender também o estudo de edifícios e templos como marcas. Nessa esteira, a História passa a trabalhar com patrimônios. O patrimônio histórico-cultural pode ser utilizado como ponte para aproximar os estudantes dos conteúdos de História. A ideia do presente trabalho é dar abertura para uma proposta de estudo interdisciplinar que aproxima a prática pedagógica com a Educação Patrimonial.

Neste trabalho optou-se por um recorte espacial, A história da cidade do Guará e sua relação com a feira, pois demonstra grande potencial na relação da aprendizagem cultural. A localidade representou lócus de perceptível mudança durante a constituição de um assentamento de trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento, quanto demonstrou transformação acompanhando o estabelecimento econômico da cidade. A feira acompanhou a transformação do assentamento até a consolidação em bairro de classe média, burguesa, com um dos maiores índices de renda da capital, segundo o PDAD 2018, CODEPLAN¹.

Uma das funções sociais da escola é despertar a curiosidade orientada pelo método racional. O Currículo em Movimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do DF (DISTRITO FEDERAL, 2014) propõe que isso aconteça pela multiplicidade semiótica de textos e na multiculturalidade, possibilitando ao estudante, por exemplo, entender seu local de origem adotando uma aprendizagem mais humana e atraente diante das mudanças sociais que acontecem de forma acelerada. Assim, pode propiciar ao estudante ser curioso, obter conhecimento, ser protagonista recente promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge como uma proposta de integrar conhecimentos mínimos de aprendizagens que sejam significativos para os estudantes. Desse modo, os currículos, à luz da BNCC, visam dar cumprimento a princípios constitucionais:

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Com base nesses

marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 2018, p.10).

A BNCC propõe atender às finalidades por meio de conteúdos fixados que permitam o desenvolvimento de habilidades e competências, refletindo as recentes modificações no texto que inclui a alteração feita em 2017, pela lei Federal nº 13.415/2017, em seu artigo 35, que fala sobre objetivos de aprendizagem, e no artigo 36 que versa sobre objetivos de aprendizagens:

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada). Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado. (BRASIL, 2018, p.11)

A Educação pode ser transformadora quando incide no reconhecimento e na (re)construção de conhecimentos. Conhecer é (re)conhecer, subsidiar a criação de meios para a ação futura, transformando a realidade. Nesse sentido, o conhecer se atrela ao revolucionar.

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. Através dela, que provoca novas compreensões de novos desafios, que vão surgindo no processo da resposta, se vão reconhecendo, mais e mais, como compromisso. Assim é que se dá, o reconhecimento que engaja. (FREIRE, 1997, p. 45)

O Currículo em Movimento da Educação Básica, enquanto proposta da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), vem sendo pensado e atualizado desde 2014 sob a proposta de transformação das práticas escolares ao apresentar flexibilização de tempos e espaços durante o processo de ensino-aprendizagem em contraposição às práticas escolares tradicionais, educação bancária (FREIRE, 1997). O

grande desafio é exposto ao se tentar sugerir formatos mais atraentes, principalmente relacionando o conteúdo de História com a educação patrimonial. Nesse sentido, o ato de conhecer é dar voz a quem instrumentaliza os artefatos necessários para essa empreitada, é estar propenso a criar condições de atualizar as premissas da democracia e do exercício da cidadania.

Na seara das DCNEM, os conhecimentos devem ser integrados a partir dos eixos ciência, tecnologia, cultura e mundo do trabalho. Assim, a pesquisa deverá constituir um dos princípios do cotidiano escolar, tanto na prática docente, ampliando o conceito freireano de professor pesquisador, quanto na rotina dos estudantes, proporcionando-lhes uma nova forma de olhar os acontecimentos a sua volta, desenvolvendo a capacidade de opinar, pensar e usufruir dos novos conhecimentos. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 17)

A prática educacional no Distrito Federal, a partir dos pressupostos do Currículo (DISTRITO FEDERAL, 2014), deve refletir a união entre o conhecimento teórico e prática. A prática se torna revolucionária nesse sentido, uma vez que a revolução dentro da escola subverte uma hierarquização do conhecimento ao repositonar os professores e os alunos num processo dialético de aprendizado conjunto; possibilitando a formação de estudantes que se reconhecem cidadãos e que são protagonistas. Está aí a integração entre as habilidades e competências propostas na BNCC com os objetivos de aprendizagens do Currículo, refletidos no entendimento e prática da Educação Patrimonial e no conteúdo escolar de História.

Essa proposta está alicerçada à intenção da BNCC que dá subsídios que apoiam a ideia de integrar a pesquisa patrimonial às aulas regulares. A Competência 1 de humanidades diz:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. (BRASIL, 2018, p.572)

A habilidade EM13CHS104 aponta que se deve: “Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço” (BRASIL, 2018). Ainda, a Competência 4 aponta alicerces seguros para afirmação

de que a educação patrimonial está alinhada com a nova realidade da educação brasileira quando propõe:

Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. Nessa competência específica, pretende-se que os estudantes compreendam o significado de trabalho em diferentes culturas e sociedades, suas especificidades e os processos de estratificação social caracterizados por uma maior ou menor desigualdade econômico-social e participação política. (BRASIL, 2018, p.572)

Não destoando do sentido que a habilidade EM13CHS401 pretende, a saber, “Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos” (BRASIL, 2018).

Nesse íterim, os objetivos das Ciências Humanas estão estabelecidos no Currículo em Movimento buscando essa relação de ensino aprendizagem existente na BNCC, de forma focada no protagonismo social:

A área de Ciências Humanas visa à tradução do conhecimento em “consciências críticas e criativas”, principalmente no que concerne à formação de um “protagonismo social” responsável. Para tanto, é necessário traçar um conjunto de objetivos que permitam colocar em prática este projeto de construção e formação da cidadania, que devem subsidiar o planejamento interdisciplinar da e na área de Ciências Humanas:

- a) Possibilitar que o estudante entenda a sociedade em que vive como fruto da ação humana, que se faz e refaz num processo dotado de historicidade.
- b) Permitir ao estudante compreender o espaço ocupado pela sociedade como espaço construído e modificado a partir de suas interferências, entendendo-se também como produto dessas relações.
- c) Proporcionar experiências para que o estudante compreenda os processos de socialização e coletividade, conscientizando-se dos diferentes espaços de interação social e refletindo sobre as individualidades e diversidades culturais e individuais neles presentes.
- d) Possibilitar que o estudante reflita e problematize mudanças advindas das tecnologias no desenvolvimento e na estruturação da sociedade.
- e) Propiciar ao estudante o desenvolvimento da consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórica, cultural e política.
- f) Promover a apropriação de ferramentas tecnológicas para a produção do conhecimento da área.
- g) Instigar o estudante a entender as relações de produção e consumo como potencializadoras das desigualdades sociais e o papel das ideologias nesse contexto. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.59)

O Currículo em Movimento reconhece a necessidade de uma Educação que humaniza, que prepara para a vida em sociedade. Uma forma possível de iniciar a mudança é desenvolver a reflexão como hábito, possibilitando articular e modificar a realidade em que se está inserido; para tanto, se faz necessário o (re) conhecimento da espacialidade e historicidade das localidades nas quais se constroem as próprias vidas. É nesse sentido que o presente trabalho busca apontar a articulação e explicar o significado da feira do Guará, enquanto monumento histórico, simbólico para a cidade, e compreender o processo de formação da cidade, exemplificar o processo de surgimento das feiras historicamente e sua característica transformadora. Assim, se crê estabelecer a relação entre o processo de criação com a transformação do perfil da cidade, explorando os aspectos culturais existentes ainda hodiernos. Fazendo isso, se alcança a pretensão de relacionar a questão patrimonial aos conteúdos escolares e seus potenciais pedagógicos.

Contextualizando historicamente o surgimento das feiras

Feira é local de troca e de cultura, sua importância aumentou após a reabertura das rotas comerciais. Segundo Huberman (2010), alguns motivos impediam a produção de excedente, como os controles da produção pelos bispos e pelos senhores feudais. Não havia demanda, a produção era de subsistência. Para o autor, somente uma demanda “sustentada” criaria condições para o comércio, principalmente para as feiras. As Cruzadas e a reabertura de caminhos seguros para passagem de mercadorias modificaram essa realidade definitivamente; as feiras e burgos passaram a ser essenciais na transformação política da Idade Média europeia. Enquanto que o feudo era autossustentável, as propriedades pertenciam apenas aos nobres e ao clero, os produtos de primeira necessidade eram produzidos e consumidos em seus territórios.

O século XII viu o comércio se desenvolver com as constantes idas e vindas do Oriente que criaram postos comerciais, nos quais as excursões se alimentavam e se reabasteciam. E não só isso, as próprias Cruzadas trouxeram produtos que acabaram caindo no gosto dos europeus, como o açúcar, por exemplo. Cidades como Veneza, Gênova, e Pisa eram cidades de mercadores que buscavam alimentar seus clientes nessas idas e vindas. Consequentemente, surgia um personagem que arrecadava e juntava o dinheiro, o comerciante, que se inseriu nas Cruzadas e voltava com os produtos desejados. É nesse contexto que, entre os séculos XII e XV, as grandes feiras se estabelecem

segundo Huberman (2010):

É importante observar a diferença entre os mercados locais semanais dos primeiros tempos da Idade Média, e essas grandes feiras do século XII ao XV. Os mercados eram pequenos, negociando com produtores locais, em sua maioria agrícolas. As feiras, ao contrário eram imensas, e negociavam mercadorias por atacado, que proviam de todos os pontos do mundo conhecido, eram o centro distribuidor onde os grandes mercadores, que se diferenciavam dos pequenos revendedores errantes e artesãos locais, compravam e vendiam mercadoria estrangeira procedentes do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul (HUBERMAN, 2010, p.18).

Huberman (2010) afirma que as novas cidades que surgiram do processo de reavivamento do comércio eram “nova vida” que apresentava uma nova dinâmica a partir dos burgos, cidades sem vínculos de senhores feudais, com estruturas, leis e segurança próprias, tudo em função da atividade dos novos atores que surgiram ali e se fortaleceram nesses lugares: os burgueses. Essa organização acontecia simultaneamente e próxima aos feudos que continuavam organizados com todo tipo de restrição de poderes tradicionais, ligados na posse da terra. Nos burgos o poder era determinado por outro fator advindo das trocas, a posse do dinheiro.

As trocas não aconteciam sem vínculos, existiam as associações comerciais, ou corporações. Era possível vender ou hipotecar propriedades, terras nos burgos, sem pedir permissão ou pagar taxas aos senhores feudais, a liberdade ganhava forma. Essas populações reviviam os tempos das urbes da antiguidade. Definitivamente, o burgo era mais dinâmico que o campo, que a estrutura do feudo. E como tudo isso se liga à Feira do Guará?

Educação Patrimonial: as feiras enquanto patrimônio imaterial local

A Educação Patrimonial é um tipo de multiletramento quando situa a pessoa em contato com a cultura material e imaterial, por meio de uma “alfabetização cultural”, transformando sua percepção. Ela possibilita a leitura da realidade construída e constituída em que se vive, cria uma relação de significado e de importância ao transformar a pessoa em leitor desse mundo vivido. Assim, o objeto passa a se comunicar com a própria pessoa pela sua carga histórico-social. Dentro dessa proposta, faz-se necessário que haja na escola a promoção de projetos que tenham capacidade de mobilização e de criar interesse nos estudantes, por meio da significação de suas próprias localidades.

Os edifícios são construções humanas resultantes de um processo imagético, que conflui criatividade,

resolução de problemas, evolução tecnológica e social. Enquanto obra humana, são resultados de processos, podem ser considerados arte, e servem de fonte primária para o estudo histórico conectando a região aos cidadãos e às atividades desenvolvidas. Os edifícios representam conhecimento, possuindo histórias que acontecem toda hora, seja pela negociação, pelos vínculos de solidariedade, pelas disputas, ou pela identidade do espaço e de quem o ocupa.

A alfabetização cultural proporciona a constituição de vínculos em quem estuda. O vínculo se dá durante o diálogo entre o pesquisador e objeto de pesquisa, pela comunicação e pela troca, podendo ser estimulada. Segundo Monteiro, Grunberg e Horta (1997), no Guia Básico da Educação Patrimonial, a produção de novos conhecimentos favorece a valorização e conservação desses bens culturais. É importante o entendimento dos elementos históricos locais e não apenas os conhecimentos formais dos livros. Por mais que tenha acontecido um processo de mudança conteudista nos materiais de apoio dos estudos de História, ainda é interessante uma nova abordagem que suavize o hiato entre a aula e a aprendizagem significativa. Buscar sair dos personagens heroicos, das datas, dos feriados, e apresentar os locais de vivências dos estudantes, parece ser interessante; são recursos necessários e podem ser utilizados pelos professores, tornando o conteúdo mais próximo dos alunos.

Neste processo dinâmico de socialização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural. Este conceito nos permite ter uma visão mais ampla do processo histórico, reconhecendo que não existem culturas mais importantes do que outras. (MONTEIRO; GRUNBERG; HORTA, 1997, p.5).

Descobrir até onde a Educação Patrimonial pode auxiliar uma redescoberta da curiosidade histórica por parte dos estudantes torna-se uma proposta válida. O aspecto multicultural do Currículo pode ser apontado e alcançado de vários modos:

A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio ambiente histórico em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e de curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (MONTEIRO; GRUNBERG; HORTA, 1999, p. 6).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (Iphan) lançou uma importante obra sobre a relação das feiras com a história da própria cidade, se mostrando uma união indivisível. Na obra, *A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília, Madeira e Veloso* (2007) fazem essa relação. As autoras analisam a relação das feiras com as cidades, afirmam ser impossível que uma não tenha favorecido a outra, lançam mão de exemplos no Rio de Janeiro, de Caruaru e de Salvador. As feiras são partes constituintes dessas cidades, suprindo-as com os produtos vindos do Velho Continente. No Rio de Janeiro, a feira acontecia no Paço Imperial:

Tão antiga quanto a própria cidade do Rio de Janeiro é a tradição das feiras. Feiras de Peixe, no cais do porto, em frente ao Paço Imperial, onde chegavam os barcos de volta da pesca. A venda de alimentos nas ruas e praças do Rio de Janeiro era bastante generalizada e informal. Toda a iconografia da época é eloquente sobre como a cidade era um grande mercado. Vendia-se de tudo: vassouras, esteiras, tonéis de água potável, tecidos, aves e animais vivos ou abatidos. Encontravam-se também em vários pontos as aglomerações de negras quitandeiras que, acoradas ao ar livre, vendiam seus produtos – frutas, bolos, quitutes, cocadas – dispostos em tabuleiros, como pode ser visto nas aquarelas de Debret. (MADEIRA, VELOSO, 2007, p.19).

No Rio, a feira acontecia em apenas um dia, seus dias de riqueza e crescimento foram no decorrer do século XVII devido à movimentação intensa nos portos da cidade. Em Salvador, o projeto da feira estava desenhado no projeto da cidade, inclusive este previa dois dias de feira para abastecimento. Mas a grande estrela das feiras brasileiras é a feira de Caruaru, talvez, a maior e mais antiga feira do Brasil.

A Feira de Caruaru condensa muitos sentidos. Ela é uma das mais antigas e talvez a maior de todas no Brasil – mais de um milhão de pessoas circulam ali por ano –, celeiro da cultura popular, tendo no cordel, na xilogravura e na cerâmica imaginária alguns dos pontos mais evidentes de seu interesse para o patrimônio nacional. A feira e a cidade nasceram juntas, sendo impossível dissociar suas histórias – desde o século XVII, no adro de uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, em uma sesmaria doada a José Rodrigues de Jesus, fazenda onde surgiu essa feira livre. Por situar-se na rota do gado, a ser comercializado entre o sertão e o litoral, teve grande importância como mediadora de duas tradições que ali se encontravam. Com o tempo, tornou-se um lugar de referência e de divulgação da cultura popular, evidenciando a diversidade de um saber tradicional que aparecia sob forma de literatura, objetos, artesanatos de barro, couro, madeira, além dos produtos rurais tradicionalmente comercializados em uma feira. (MADEIRA, VELOSO, 2007, p.20).

As feiras não representam o comércio e o

abastecimento no sentido estrito da compra e venda, pela simples troca, certamente, a geração de riqueza é essencial. Afinal, o crescimento vinculado ao desenvolvimento econômico é o que qualquer localidade visa como plano. Contudo, isso não explica outra riqueza que se desenvolve entre suas bancas, a riqueza interpessoal da cultura imaterial. A cultura dos que ali se instalam para comprar e vender, os hábitos alimentares, a escolha dos ingredientes, as músicas regionais, a escolha dos dias e horários, as trocas e vínculos interpessoais e o reconhecimento dos iguais devem ser levados em conta. Pode-se afirmar que são lugares de sociabilidade, onde as diversas classes sociais se comunicam e interagem. O Iphan caracterizou essa interação pela relevância social na promoção da cultura brasileira:

Para além do ato do consumo, do individualismo e da ênfase no tempo presente da cultura contemporânea, as feiras permitem aos habitantes de uma cidade que encontrem algum lugar de ancoragem e não vivam como transeuntes anônimos em um não-lugar (Augé, 1994). O sentimento de pertencimento a uma localidade torna-se possível no ato de compartilhar uma história e um mesmo gosto estético, culinário, musical, de referências culturais, o que representa um patrimônio valioso para numerosos grupos que nas feiras encontram um lugar para transmissão de tradições. Tradição – entendida em seu sentido etimológico, “dizer através de” – diz respeito a um repertório de saberes e práticas que são transmitidos de geração a geração, e remete a valores ancestrais comuns. (MADEIRA, VELOSO, 2007, p. 23).

Por uma história da cultura

Estudar História pode ser uma viagem fascinante desde que o foco das aprendizagens seja proposto de forma clara. Quem não quer saber mais sobre sua cidade, sua escola, sua rua? Quem não quer saber por que as ruas ganham os nomes que possuem? De quem são esses nomes? Questionamentos desse tipo podem ser um bom ponto de partida para a discussão sobre a relação entre o conteúdo formal de sala de aula com a produção de pesquisa significativa. Existe um potencial relevante para a proposição de projetos ligados à História, dando aos professores e estudantes argumentos para projetos de pesquisa científica.

O processo de definição de temas e áreas que encantem os estudantes, para além de pesquisa formal, visa criar novos vínculos e interesses. É certo que esses estudantes têm casa e família, trazem neles mesmos potenciais de reflexão, são seres históricos na perspectiva da cultura imaterial. Mas, os estudantes sabem disso? O exemplo da feira tem como mote mostrar as influências da arquitetura ou a utilidade da feira no desenvolvimento regional, por exemplo. Existe a possibilidade de

se propor ao estudante pensar acerca de sua realidade e de sua história.

A área de Ciências Humanas, no Ensino Médio, engloba as Ciências que envolvem “a compreensão do significado da identidade, da sociedade e da cultura” e diz respeito aos conhecimentos de História, Geografia, Sociologia e Filosofia. Em termos gerais, o objeto de estudo da área de Ciências Humanas são os seres humanos em suas relações espaciais, econômicas, sociais, culturais, políticas, ambientais e científico-tecnológicas nas diversas temporalidades. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.58).

O projeto pedagógico deve contemplar interesses da própria comunidade de forma intencional e planejada, principalmente sob a intencionalidade da superação da História tão somente como processo de estudo de datas comemorativas, ou de heróis, por exemplo; deve superar o pressuposto de eurocentrismo, possibilitando a contemplação de questões que tenham referências próprias e próximas dos estudantes. Não é necessário ir muito longe para valorizar a própria História local como matriz de cultura. Pode-se oportunizar a reflexão de si, favorecendo o desempenho dos estudantes ao incentivar e ao estimular prática que os incluam como agentes atuantes, convivendo com situações geradoras criadas nessa interação pessoal com o local. Isso possibilita legitimar posturas sociais e o protagonismo de vida. O Currículo busca estabelecer meios de empoderamento pela cidadania.

O princípio educativo do trabalho leva-nos a compreendê-lo como todas as formas de ação que os seres humanos desenvolvem para construir as condições que asseguram sua sobrevivência. Implica reconhecê-lo como responsável pela formação humana e pela constituição da sociedade. É pelo trabalho que os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizam a convivência, transformam a natureza, constroem a sociedade e a história. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.17)

É importante fazer definições de estratégias capazes de despertar paixões pelos estudos de História nos estudantes. Nesse sentido, se propõe um tipo de relação de ensino aprendizagem pela pesquisa, em uma busca pela história cultural local. A História local, ou História cultural, permite o (re)conhecimento de uma perspectiva de história “interna” em relação ao grupo da localidade:

A abordagem interna trata da presente renovação da história cultural como uma reação às tentativas anteriores de estudar o passado que deixavam de fora algo ao mesmo tempo difícil e importante de se compreender. De acordo com esse ponto

de vista, o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar. A ênfase em “culturas” inteiras oferece uma saída para a atual fragmentação da disciplina em especialistas de história de população, diplomacia, mulheres, ideias, negócios, guerra e assim por diante (BURKE, 2004, p.6).

O campo do estudo visto como permeado de dados significativos pode significar uma importante passagem no entendimento do como se estuda a História em âmbito escolar, ultrapassa o simples decorar de conteúdo, desvinculado de sentido, e alcança a reflexão do fato histórico. É pelo refletir que se apropria da realidade e dos fatos que se inter-relacionam. A reflexão e a apreensão dos processos, nessa perspectiva, fornecem conteúdos significantes. Assim, o processo de aprendizagem em História passa a ter uma carga de conteúdo simbólico reconhecido e entendido.

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos os lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismo é apenas uma entre outras. (BURKE, 2004, p. 7).

Bittencourt (2009), em *Ensino de História Fundamentos*, afirma algo semelhante a Peter Burke quando diz que a História se uniu em dado momento com a Antropologia. Assim, essa união trouxe o modelo da Antropologia como possibilidade de pesquisa histórica, quando há uma valorização de campos, de grupos humanos que foram deixados de lado pela teleologia positivista. Novos métodos de investigação histórica podem dar novos ares à relação entre ensino e aprendizagem para o nosso campo. Existe uma vinculação entre a micro-história e a macro-história, para Bittencourt, insere-se uma perspectiva de outros grupos sociais que não a dos “donos do poder” tradicionais, a perspectiva sociocultural.

A história regional passou a servir como possibilidade de trabalho de pesquisa e muitas hipóteses podem ser formuladas para debates. A teleologia das explicações no macro estrutural tem o distanciamento dos estudantes muitas vezes como marca, mesmo quando falando de Brasil. Em vez da Europa, temos a mesma estrutura explicativa, trocam-se os Estados do Velho Continente por locais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Reproduzindo temáticas distantes de uma população que é migrante no Distrito Federal, as coisas e pessoas, histórias, condições vividas e a construção da identidade local são deixadas em segundo plano no decorrer da prática pedagógica. A relação de pertencimento deve ser entendida como a “associação

entre cotidiano e histórias da vida dos alunos que possibilita contextualizar essa vivência em uma vida em sociedade e articular a história individual a uma história coletiva.” (BITTENCOURT, 2005, p. 170). Assim, a História local pode favorecer a identificação dos espaços de convivência, casa, comunidade, trabalho, lazer e problemas atuais por meio do levantamento de memórias. Nesse sentido, as memórias podem e devem estar vinculadas à pesquisa, favorecendo o desenrolar da questão científica, mesmo não tendo seu registro histórico propriamente dito. As memórias são base do processo de reconhecimento identitário, quer sejam encaminhadas pela oralidade ou pelo reconhecimento dos lugares e dos vestígios de que a história se serve; assim, os monumentos e edifícios públicos ou particulares tornam-se objetos de estudo que devem ser considerados. Cada lugar é singular, mas também é parte do todo (BITTENCOURT, 2005, p. 172), seja pelas relações de produção estabelecidas ali, suas dinâmicas, e/ou como se dá os usos dos espaços.

Brasília e a Feira do Guará: uma história, dois momentos

A Feira do Guará está inserida em diversos contextos de políticas públicas. Brasília, enquanto conceito de interiorização do país, representava o sonho de um Brasil mais moderno. A cidade foi planejada para superar o modelo de crescimento desordenado. Como projeto urbanístico, Brasília adquiriu o status de cartão postal, quase uma pedra fundamental do Brasil moderno e industrial, em contraposição ao modelo de Brasil rural.

Freyre (2013), em *Sobrados e Mucambos*, traz uma narrativa nesse sentido, quando aponta o surgimento de uma sociedade diferente daquela estabelecida e organizada de forma rural. A proposta de Brasília parece se aproximar dessa promessa de urbanização, sociedade moderna, e de novos espaços de poder, como descreve o autor. Por sua vez, Veloso e Madeira (2007, p. 9) ressaltam que:

Acreditava-se, então, que o urbanismo e a arquitetura teriam o poder de modelar hábitos e práticas, criar novos estilos de vida e de convivência, sendo assim tomados como vetores de modernização e de desenvolvimento. Em Brasília, mostra-se de forma evidente a intenção de planejamento generalizado da vida social. As funções principais da cidade – morar, trabalhar, divertir-se e circular – se dão de forma regular, previsível, setorizada, organizadas por siglas. Apesar da racionalidade que presidiu a ocupação dos espaços – a construção da “cidade de pedra” –, muitos destes dispositivos do planejamento urbano foram alterados pelas populações que vieram de diversas partes do Brasil para viver, trabalhar e construir a

“cidade de carne”. Essas diferentes populações imprimiram padrões culturais trazidos de sua região de origem, dotando a cidade de núcleos e redes de relações que passaram a ser referência para as muitas levas de migrantes que, desde então, não pararam de chegar à cidade. As alterações sobre o plano piloto surgiram espontaneamente e foram aos poucos se sedimentando.

Nesse sentido, as feiras surgem na cidade planejada por necessidade dos que aqui vieram para construir a capital. Entretanto, a racionalidade modernista não as previu, porque não estava no escopo do planejamento suprir as necessidades de diversos tipos das pessoas e famílias que vieram trabalhar. A utopia da cidade suplantou os vários saberes tradicionais, relegando-os ao esquecimento, senão, ficaram por um tempo nas interações necessárias às estabelecidas nos barracões. As necessidades mais comuns e básicas ainda existiam, tinham de comer, beber, se vestir, gastar seu dinheiro em algum tipo de lazer durante o período da construção. O espírito de sociabilidade vai se organizar, em detrimento da vontade oficial “esquecedora”. A feira, mesmo assim, vai se orientar pela ação dos sapateiros, costureiras, panelas, verdureiros.

A feira desponta assim como um laboratório vivo, evidenciando como a cultura tradicional se mantém, se modifica e se transmite de forma dinâmica, em um contexto urbano. A feira instaura um lugar em que formas horizontais de sociabilidade e de solidariedades são possíveis. Espaço público, isto é, uma construção social, lugar em que os indivíduos se transformam em sujeitos capazes de exercer sua palavra, lugar que incita a interação, por meio de associações, redes de parentesco, vizinhança. [...]. É ainda como espaço público construído pela experiência dos próprios feirantes que a feira ganha significado como lugar de trocas, que dota de um sentido de pertencimento uma comunidade específica, os feirantes, que participaram ativamente da história de construção de cada feira. (VELOSO; MADEIRA, 2007, p.10)

A Feira do Guará, data do ano de 1969, acompanhou o desenvolvimento da cidade bem de perto. Sua localização original era próxima ao Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). O Guará foi pensado em função do SIA, como bairro que ofereceria moradia para os trabalhadores do setor e para a chegada de funcionários públicos de renda menor que seriam transferidos para a nova capital, em comparação com a renda dos ocupantes do Plano Piloto. Nesse contexto, foi organizado o mutirão, “O local mais próximo e mais adequado seria o da Vila Guará, ao lado do córrego do mesmo nome e ao lado do Parque.” (JORNAL DO GUARÁ, 2020).

A feira acontecia durante os finais de semanas em meio a obras, poeira, tablados, ou seja, de forma precária, tudo era muito amontoado. Em 1965,

a feira passa a ser montada onde está localizado o supermercado Pão de Açúcar atualmente, segundo a pesquisadora (MARTINS, 2004). Ainda, aponta que a feira passou por quatro outros locais antes de se estabelecer no lugar atual, no lote do Hospital do Guará I, depois na QI 07 (sendo que foi abandonada por causa da quantidade de ratazanas que incidia no último local) e na QI 17 do Guará II. Em 1985, o galpão onde ela se encontra atualmente foi entregue. A feira, agora permanente, possui estrutura semelhante até hoje. Em 2000, foi permitida a construção de lojas em alvenaria, dando fim ao processo de montagem e desmontagem, o que facilitou que a feira passasse a funcionar durante os dias úteis da semana.

Essa última mudança favoreceu também o significativo estabelecimento do setor de confecções em relação ao famoso “secos e molhados” que, aos poucos, tem sido substituído. A substituição de artigos regionais e de artesanato por produtos industrializados trouxe ao mesmo tempo um processo de descaracterização da feira. Até mesmo o perfil do feirante tem mudado, o que ressalta uma substituição de laços de familiaridade e solidariedade por relações de exploração imobiliária. Outro fator pertinente, que pode ser considerado durante alguma pesquisa de reconhecimento da feira enquanto patrimônio, é a evolução dos valores relativos aos pontos comerciais. Percebe-se aí alguma relação de poder conflituosa no estabelecimento da localidade enquanto discurso, vez ou outra é manifesto pelas necessidades e pujanças naturais, outra está sob o princípio da especulação imobiliária. Martins (2004) ressalta que:

É preciso considerar que a própria cultura é um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito pela sua definição, pelo seu controle, pelos benefícios que pode assegurar. Esse embate de forças pode ser percebido na disputa por bancas na Feira do Guará, antes destinadas a feirantes pioneiras, hoje comercializadas como propriedade privada (mesmo sem ser). O progresso do Guará gerou riqueza e desenvolvimento, mas como contraponto se tem a exclusão social e a expulsão dos ambulantes atuais para a periferia da Feira, uma vez que a exploração imobiliária atingiu também o valor do “ponto” comercial das bancas, presença do mercado. (MARTINS, 2004, p. 33).

Segundo levantamento do Iphan, apontado pelo Jornal do Guará (2020), a Feira do Guará possui 526 bancas ocupadas por confecções, juntas representam mais de 70% do faturamento. Ainda, há uma quantidade de restaurantes e pastelarias que são oriundos da própria localidade, nos quais a população pode degustar a imensa variedade de sabores regionais. As peixarias podem também representar o perfil de

preferência dos moradores, se destacando com peixes frescos que alimentam restaurantes da região. Há de se pensar em como o contexto feira ainda possui artefatos significantes oriundos das relações sociais locais que persistem para além das complexas relações econômicas advindas pelo setor imobiliário.

Se Brasília representava esse novo horizonte e em sua história foi definindo o espaço geográfico, ao mesmo tempo, foi afastando a população que a construiu de seu centro para a periferia. É curioso notar que mesmo um local de representação cultural apresentou também traços indicativos desse mesmo processo.

Considerações finais

Relacionar a Educação Patrimonial com as aulas e projetos em História, considerando as competências e habilidades definidas pela BNCC e os objetivos de aprendizagens do Currículo, se mostra uma estratégia

interessante. As aprendizagens estão voltadas para o desenvolvimento de conhecimentos por meio da introdução de novos conceitos significativos. Assim, a Educação Patrimonial utilizaria nas aulas projetos que podem propor aprendizagem por meio da cultura popular local; provocando situações e aguçando a curiosidade frente ao ambiente histórico local, despertando interesse em questões da própria comunidade.

Sendo as feiras locais tradicionalmente de pontos de artesanato e de afirmação cultural da comunidade, ainda assim, muitos outros processos podem determinar sua transformação de acordo com interesses sociais, políticos e econômicos. O processo de Educação, baseada em conteúdos de sala de aula, a partir de um olhar da juventude, pode apontar para a importância do patrimônio imaterial e material que a Feira do Guará representa. Pode-se alcançar tal intento (re)estabelecendo vínculos sociocomunitários que ainda estão lá, mas que precisam de uma (re)pactuação pelas novas gerações. ■

Notas

¹Os grupos de RAs são assim definidos e caracterizados: • Grupo 1 (alta renda): Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal. Em 2018, a população desse grupo era de 384.913 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 15.622; • Grupo 2 (média-alta renda): Águas Claras, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires. Em 2018, a população desse grupo era de 916.651 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 7.266; • Grupo 3 (média-baixa renda): Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião. Em 2018, a população desse grupo era de 1.269.601 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 3.101; • Grupo 4 (baixa renda): Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA-Estrutural e Varjão. Em 2018, a população desse grupo era de 310.689 pessoas, com renda domiciliar média de R\$ 2.472.

²Esta concepção “bancária” implica, além dos interesses já referidos, em outros aspectos que envolvem sua falsa visão dos homens. Aspectos ora explicitados, ora não, em sua prática. Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo. Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como “corpos conscientes”. A consciência como se fosse alguma seção “dentro” dos homens, mecanicamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que a irá “enchendo” de realidade. Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em seus conteúdos. Como se os homens fossem uma presa do mundo e este um eterno caçador daqueles que tivesse por distração “enchê-los” de pedaços seus (FREIRE, 1997, p.40).

³Em meados do século VII, foi que o açúcar foi tomando características mais próximas do produto de hoje. Por volta de 650, os exércitos árabes conquistaram a Pérsia, região em que existiam avançados estudos referentes ao desenvolvimento de técnicas que facilitariam o transporte do açúcar através do seu refinamento. Ao dominarem esse espaço, os árabes tiveram o interesse de plantar mudas de cana em outras regiões em que o cultivo também pudesse prosperar. Na Baixa Idade Média, o desenvolvimento das Cruzadas abriu portas para que os cristãos viessem a conhecer um pouco melhor o produto já consumido pelos árabes muçulmanos. No próprio Velho Mundo, a presença dos árabes na Península Ibérica permitiu que, já no século XII, os espanhóis de Andaluzia também conhecessem o doce produto. SOUSA, Rainer Gonçalves. História do açúcar; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/historias-acucar.htm>. Acesso em: 23 ago. 2020.

⁴No contexto da Roma Antiga, o espaço rural era conhecido como *agris* e o espaço urbano era chamado de *urbs* (a palavra *urbe* deriva precisamente deste vocábulo). Atualmente, seguimos lidando com essa diferença geográfica e costumamos dizer que uma pessoa mora no campo ou na cidade. As cidades da Roma Antiga foram concebidas com critérios de utilidade. Do ponto de vista urbanístico, apresentavam uma estrutura retangular e reticular em forma de tabuleiro de xadrez. (Disponível em: <https://etimologia.com.br/espaco-rural-urbano/> Acesso em: 8 jul. 2020, 20:00.

⁵Em termos gerais, uma prática pedagógica realizada na perspectiva dos multiletramentos deve considerar o mundo e a escola pela lente da diversidade, da multiplicidade de linguagens e de culturas. Desse modo, os conteúdos trabalhados precisam favorecer a formação de uma sociedade multiletrada, que seria, em resumo, aquela em que homens e mulheres desempenham de forma bem sucedida práticas letradas com propósitos culturais específicos; cidadãos que entendessem o papel que as diversas linguagens desempenham em diferentes esferas sociais (escolar, científica, artística, institucional, de entretenimento etc.). Há, ainda, outro aspecto a ser levado em conta quando se pauta um currículo na Pedagogia dos Multiletramentos: o processo de formação de cidadãos críticos em relação às diversas realidades e pontos de vista construídos em diversos textos que circulam na sociedade. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.20)

Notas

⁶Os argumentos utilizados para essa sua classificação como Patrimônio Imaterial se baseiam todos na ideia da relevância da feira como forma social significativa na dinâmica de um importante segmento da cultura brasileira (MADEIRA, VELOSO, 2007, p 21).

⁷Para começar o mutirão, Rogério Freitas reuniu cerca de 100 interessados dentro da Novacap, e entre eles escolheu 30 para começar o mutirão "Depois que todos viram o que estávamos fazendo, recebemos tantas adesões que tivemos que deixar de cadastrar muita gente". À medida que o mutirão ia tomando corpo, as modificações iam aparecendo, inclusive por sugestão dos próprios participantes. O início do mutirão foi muito difícil. Havia uma descrença geral no projeto, inclusive dentro da própria equipe do governo do DF, (JORNAL DO GUARÁ, 2020).

⁸Quando cada fileira (conjunto) de casa ficava pronta, Rogério reunia os participantes e colocava o nome deles num inseparável chapéu de palha. À medida que iam sendo sorteados, os participantes do mutirão escolhiam suas casas. (JORNAL DO GUARÁ, 2020).

Referências

- ARRUDA, José Jobson de A. História Antiga e Medieval. São Paulo: Ática, 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL ESCOLA. Histórias do Açúcar. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/historias-acucar.htm>.
- BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução: Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.
- BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. São Paulo-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DISTRITO FEDERAL Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Currículo em Movimento Ensino Médio. Brasília: SEEDF, 2014.
- ETIMOLOGIA. Disponível em: <https://etimologia.com.br/espaco-rural-urbano/>.
- FEIRA DO GUARA. In: Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Feira_do_Guar%C3%A1#:~:text=Uma%20das%20feiras%20mais%20conhecidas,percentencia%20aos%20funcion%C3%A1rios%20da%20Novacap.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.
- FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do Patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 1.ª ed. São Paulo: Global, 2013.
- GRUNBERG, Evelina; HORTA, Maria Lourdes Parreira; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico da Educação Patrimonial. Museu Imperial/ DEPRON – IPHAC -MINC, 1999.
- JORNAL DO GUARÁ. História do Guarará. Disponível em: <https://jornaldoguara.com.br/historia-do-guara>.
- HUBERMAN, Léo. História da Riqueza do Homem. Tradução: Waltensir Dutra. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- MADEIRA, Angélica; VELOZO, Mariza. A cidade e suas feiras: um estudo sobre as feiras permanentes de Brasília. Brasília: IPHAN / 15a Superintendência Regional, 2007.
- MARTINS, Fernanda Ramos. Diga-me o que comes e eu te direi quem és: como a gastronomia, na feira do Guarará, revela-se locus de identidade. Monografia de especialização em Turismo e Hospitalidade – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004.